

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

PATRÍCIA SOUZA OLIVEIRA

**FILHOS REJEITADOS**  
INFANTICÍDIOS EM FEIRA DE SANTANA 1950-1960

FEIRA DE SANTANA

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

PATRÍCIA SOUZA OLIVEIRA

**FILHOS REJEITADOS**  
INFANTICÍDIOS EM FEIRA DE SANTANA 1950-1960

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Estadual Feira de Santana, como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

FEIRA DE SANTANA

2018

Banca examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Rocha Rodrigues (Orientadora)  
Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ione Celeste Jesus de Sousa  
Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof.<sup>o</sup> Dr. José Augusto Ramos Luz  
Universidade Estadual de Feira de Santana

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por dar-me força para completar essa longa trajetória de 11 anos de vida acadêmica. Não foi fácil percorrer esta jornada tendo de enfrentar preconceitos por ser mulher, negra, mãe e por estar em um lugar social distinto do qual a sociedade racista brasileira impõe a população negra. Meus agradecimentos à:

Minha vó materna, Maria Dias de Souza (in memorian), por fazer parte da minha criação, a minha Prima/mãe Lígia Maria de Souza pelo carinho de mãe.

Minha filha Luiza, por ter me dado muitos momentos de alegria e apoio na tristeza e angústia da vida acadêmica.

Ao meu companheiro Constantino Martinez, que no princípio não me deu apoio, mas no final da caminhada acreditou na minha garra para concluir o curso.

Minha mãe biológica Jacy Souza, minhas irmãs: Daniela, Nívea e Vania.

Minha orientadora Andrea Rocha Rodrigues pela dedicação, paciência e atenção.

Aos professores da banca examinadora por se disponibilizarem para ler a minha monografia.

Minha amiga Daiane Pires por ter me coorientado informalmente e pelo apoio durante a escrita da monografia.

Aos professores e amigos do curso de História. A todas as pessoas que não acreditaram que eu chegaria ao final.

E a todas e todos que não foram citados, mas também fizeram parte da minha história acadêmica.

## **RESUMO**

O presente estudo tem por finalidade analisar as práticas de infanticídios cometidos por empregadas domésticas residentes em Feira de Santana entre 1950 e 1960. Na pesquisa, investigamos os infanticídios realizados, por: Julia, Judite e Gelda, todas exercendo o serviço doméstico. As práticas foram cometidas, principalmente, por questões financeiras, por constrangimento perante a sociedade feirense e por problemas de saúde. Os infanticídios foram vistos como estratégia de sobrevivência e resistências de mulheres negras e pobres inseridas numa sociedade extremamente machista sem nenhuma perspectiva de ascensão social para mulheres negras e pobres. Os infanticídios também eram observados enquanto forma de descartar uma gravidez indesejada, a negação da maternidade. Os filhos dessas empregadas não tinham qualquer expectativa de vida em um corpo social ao qual não oferecia nenhuma assistência, por conta disso, o infanticídio não era descartado por algumas mulheres das camadas populares.

Palavras-Chaves: Infanticídio; Feira de Santana; Domésticas.

## SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo 1: O município de Feira de Santana entre as décadas de 1950-1960.....	10
1.1 - Práticas de infanticídio em Feira de Santana.....	17
1.2 - O caso Julia.....	19
Capítulo 2: As empregadas domésticas e a prática de Infanticídio em Feira de Santana, 1950-1960.....	25
2.1- O caso Gelda .....	35
2.2- Destinos e infância sem o infanticídio.....	38
Considerações finais.....	41
Lista de fontes .....	42
Referências bibliográficas.....	43

## Introdução

O presente estudo tem por finalidade analisar os casos de infanticídios cometidos por empregadas domésticas em Feira de Santana entre 1950 e 1960.

O interesse inicial desta pesquisa surgiu a partir da proximidade do tema com a minha história. A minha vida perpassa por uma experiência de rejeição materna e paterna por eu ter sido fruto de uma gestação indesejada. Nos relatos da minha mãe, quando a mesma engravidou passou por momentos difíceis por ter sido abandonada pelo namorado. Assim, por ter sido rejeitada pelo sujeito que a emprenhou, ser uma mulher negra, pobre, discriminada pela família por ter sido mãe solteira, experimentou as angústias e a solidão impostas às mulheres numa sociedade extremamente conservadora e machista<sup>1</sup>.

Durante o período da gravidez, um casal financiou os exames médicos na intenção de adotar a criança, pois desejava uma menina, por um equívoco na leitura dos exames que apresentava uma criança do sexo masculino, os mesmos desistiram da adoção e, quando nasci, constataram ser de fato uma menina. Após o meu nascimento, o progenitor procurou minha mãe com o propósito de assumir a paternidade, mas cortaria qualquer tipo de vínculo entre eu e minha mãe, no primeiro momento, ela aceitou a proposta entregando-me ao meu pai sem nenhuma roupa e sem acessórios e vestes de criança. Ou seja, a mesma não saberia qual destino seria dado a mim, porém, após ele sair levando-me nos seus braços, minha mãe teve um súbito arrependimento e desistiu de entregar-me e nunca mais tivemos notícias dele.

A História não pode ser dissociada das experiências que vivemos, nós pesquisamos coisas que nos afetam individualmente ou coletivamente ou as duas coisas ao mesmo tempo. Meu lugar de falar representa um grupo marginalizado socialmente, mas também ao mesmo tempo representa minhas próprias vivências, isso é mais que motivação para elaborar um trabalho acadêmico.

Feira de Santana, nas décadas de 1950 e 1960, estava passando por um processo de modificações no espaço urbano da cidade. Neste período, o país passava por um aumento do número da população urbana em detrimento da população do campo. Este contexto apareceu explicitamente nas histórias de vida de nossas protagonistas, empregadas domésticas em Feira de Santana, pois as mesmas se deslocaram de cidades pequenas para virem morar e trabalhar em Feira de Santana.

---

<sup>1</sup> Depoimento de Jacy Souza Oliveira (minha mãe).

Os inquéritos de Julia, Judite e Gelda nos foram úteis para construirmos as problematizações acerca das práticas de infanticídio em Feira de Santana. A partir destes documentos, investigamos as motivações para estas práticas e levantamos algumas suposições consonante as personagens da nossa pesquisa, para isso recorreremos a alguns procedimentos teóricos e metodológicos. Para tanto, recorreremos a análise dos documentos utilizados para elaborar a problemática desta pesquisa foram fontes impressas (inquéritos sobre infanticídios e códigos penais) e iconográficas. Ou seja, a documentação nos permitiu indagar se a situação econômica das envolvidas seria a única motivação para a prática do infanticídio, ou se fatores associados ao cotidiano da mulher pobre também influenciavam na negação da maternidade através das práticas de infanticídio.

Os inquéritos de Julia, Judite e Gelda nos ajudaram a identificar a composição social, idade, filiação, escolaridade, a origem e a cor das pessoas envolvidas nos autos, os preâmbulos da gravidez, o local de residência no momento em que ocorreu o infanticídio. Os documentos também nos auxiliaram a inquirir sobre os discursos produzidos em relação as mães infanticidas na sociedade feirense entre as décadas de 1950 e 1960.

O Código Penal de 1940, outra fonte impressa, foi usada para verificarmos a legislação referente ao infanticídio. Segundo Vicente Maggio<sup>2</sup>, o infanticídio previsto no art. 123, do Código Penal, refere-se quando a mãe mata sob a influência do estado puerperal, o próprio filho durante o parto ou logo após. A pena para o infanticídio era detenção de dois a seis anos<sup>3</sup>.

A análise iconográfica se concentrou em uma fotografia. A fotografia do filho de Julia Gomes, anexada no processo, nos ajudou a comparar as informações contidas no inquérito. Na fotografia, verificamos que o corpo estava localizado num quintal, o bebê era do sexo masculino e havia sido extirpado por urubus. Ao analisarmos a documentação e termos problematizado, recorreremos ao diálogo com uma bibliografia sobre a questão feminina e a maternidade. Os estudos de Simone de Beauvoir<sup>4</sup> por exemplo, ao utilizarmos para compreender os motivos para a prática de infanticídio. O mito do amor materno definido por Elizabeth Badinter, ajudou-nos a refletirmos o amor materno enquanto criação cultural. Para Badinter ao se estudar a história das atitudes maternas nascia à convicção de que o instinto materno era um mito e que o amor materno não era inerente a todas as mulheres e sim adicional. É preciso, portanto, contestar a ideia de uma essência feminina e todas as suas

---

<sup>2</sup> MAGGIO, Vicente de Paulo Rodrigues. Infanticídio. São Paulo: EDIPRO, 2001, p. 23.

<sup>3</sup> Código de Direito Penal de 1940.

<sup>4</sup> BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo: Simone de Beauvoir. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

manifestações. E, dessa forma, refletirmos acerca de uma educação sexista que inculcava papéis de gênero nas crianças desde a mais tenra idade; assim como a ideia de maternidade obrigatória e de um “instinto materno”, pois como afirmou Badinter, que todos os sentimentos humanos eram incertos, frágeis e imperfeitos, assim também o amor materno.<sup>5</sup>

É em virtude dessa “natureza” que se formula o seguinte silogismo: dado que a espécie sobrevive e que o amor materno é necessário a essa sobrevivência, o amor materno existe necessariamente. Quanto a mim, estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, graças a ele qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc) pode “maternar” uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus “deveres maternos”.<sup>6</sup>

O fato do amor materno ser uma construção cultural e não um sentimento inerente a natureza feminina, nos permite compreender sem julgar o fato de algumas mulheres/ mãe cometerem a prática de infanticídio. Simone Beauvoir, por exemplo, explicita algumas justificativas para as mulheres cometerem o infanticídio.

Inversamente a poucas desgraças mais lamentável do que uma moça sozinha sem dinheiro que se vê acuada a um “crime” a fim de apagar a mancha de um “erro” que os seus não perdoariam: é anualmente na França o caso de cerca de trezentas mil empregadas, secretárias, estudantes, operárias, camponesas; a maternidade ilegítima é ainda uma atara tão horrível que muitas preferem o suicídio ou o infanticídio à condição de mãe solteira: isso quer dizer que nenhuma penalidade a impediria de “botar para fora o filho”.<sup>7</sup>

Ou seja, segundo Beauvoir, o infanticídio na França era motivado pela existência de relações ilegítimas e pela atitude dos homens em negar a paternidade, fato que deixava as mulheres expostas a condenação da sociedade.

A partir desses pressupostos estruturamos a monografia em dois capítulos. No capítulo 1, contextualizamos a cidade de Feira de Santana entre as décadas de 1950 e 1960, ressaltando as dificuldades encontradas por mulheres das camadas populares, especificamente empregadas domésticas, em criar um filho em meio a dificuldades econômicas numa cidade

---

<sup>5</sup> BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

<sup>6</sup> BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.16.

<sup>7</sup> BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: a experiência vivida** Vol. II. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1967, p. 252-253.

sem nenhum tipo de assistência pública, investigamos ainda o caso de infanticídio cometido por Julia.

No capítulo 2, ao analisarmos os inquéritos de Judite e Gelda detalhamos os mesmos e avaliamos as motivações de tais práticas, também, refletimos sobre os destinos das crianças caso tivessem sobrevivido.

Emfim, este trabalho não pretende esgotar as reflexões sobre o infanticídio e sobre o mito do amor materno e, sim, debater sobre a especificidade tanto desta prática como de suas motivações na cidade de Feira de Santana.

### **Capítulo 1- O município de Feira de Santana entre as décadas de 1950-1960**

No Brasil, com o final da segunda guerra mundial em 1945, muitas mudanças ocorreram no cenário político, econômico e cultural brasileiro, essas transformações influenciaram o comportamento de algumas mulheres no Brasil e foram consolidadas ao longo da década de 1950. Mudanças que podem ser percebidas através dos hábitos de uma sociedade em processo de modernização, no estilo de vida difundido pelas revistas, cinema, jornais, rádio, televisão e outros meios de comunicação.

Ana Maria Oliveira ao analisar o processo de modernização em Feira destacou:

Na Feira de Santana na segunda metade do século XX, a reordenação dos espaços não implicou a abertura de avenidas, bulevares ou a política de “por abaixo e construir de novo”, peculiar estilo haussmanniano. O reordenamento, desta feita, implicou higienizar, sanear os espaços, redefinir funções e disciplinar os comportamentos dos cidadãos. Buscou-se modificar hábitos julgados impróprios ou não condizentes com os discursos da civilização como corolário do progresso e como expressão da identidade de cidade comercial que se almejava consolidada.<sup>8</sup>

Como podemos perceber, através de Oliveira, Feira de Santana não passou por modificações urbanísticas extensas, porém esse fato não impediu que as elites feirenses

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. Feira de Santana em tempos de modernidades: olhares, práticas e práticas do cotidiano 1950-1960. Tese de doutorado. UFPE. Recife, 2008. p. 104.

almejassem alterações de comportamentos e valores a partir das ideias de civilização e progresso. A cidade de Salvador, capital da Bahia, aparentemente influenciou em termos de padrões culturais várias cidades do interior- inclusive Feira de Santana. Esta última, portanto, também modernizou-se a partir da década de 1950, mas o crescimento urbano foi pequeno quando comparado com as grandes capitais do Brasil.<sup>9</sup> A década de 1960, por sua vez, caracterizou-se por ser um período denominado de “anos dourados” no Brasil. Este período foi marcado pela existência de inúmeros movimentos sociais; tais como, movimento estudantil, movimento negro e movimento feminista.

Apesar dos movimentos sociais, da luta feminista e das inúmeras transformações que ocorreram no âmbito cultural, econômico e no espaço urbano, desde a década de 1950, em Salvador, a desigualdade de gênero permanecia na cidade.<sup>10</sup> De acordo com Rodrigues, a imprensa baiana divulgava várias matérias que enfatizavam esta desigualdade

São visíveis na imprensa baiana discursos que enfatizam essas desigualdades como que encontramos na reportagem do(a) jornalista identificado pelas iniciais S. M., intitulada “A companheira do Homem”, e divulgada no ano de 1950 pelo *Diário da Bahia*. O (A) jornalista discute a emancipação da mulher moderna, sinalizando para a evolução do comportamento feminino pós-guerra. Segundo ele (a), mulher havia deixado de ser submissa recusando-se a usar roupas compridas e poucas práticas e aceitar automaticamente as ordens do patriarca.<sup>11</sup>

A luta feminista foi intensa e o movimento revitalizou-se, embora estivesse restrito a classe média e suas principais reivindicações fossem: conciliação entre trabalho e dedicação ao lar, importância da família e do casamento para a sociedade, deixou de abordar pontos importantes como a licença maternidade. Segundo Rodrigues:

[...] as mudanças motivadas pelo movimento feminista, não foram pequenas, haja vista que possibilitaram à mulher a igualdade de direitos legais e políticos além de incentivarem a educação e o trabalho feminino. Discutiu-se igualmente a divisão de responsabilidades entre homens e mulheres na criação dos filhos. O movimento

---

<sup>9</sup> RODRIGUES, Andrea Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970**. Tese de doutorado. UFBA. Salvador, 2007.

<sup>10</sup> RODRIGUES, Andrea Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970**. Tese de doutorado. UFBA. Salvador, 2007.

<sup>11</sup> RODRIGUES, Andrea Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970**. Tese de doutorado. UFBA. Salvador, 2007, p.35.

feminista, portanto, foi imprescindível na busca de igualdade entre homens e mulheres.<sup>12</sup>

Feira de Santana, não foi imune a essas transformações, muito embora tenha adotado um ritmo próprio. Rafael Lins, ao salientar sobre as disputas políticas em Feira de Santana, frisou os processos de transformação desta sociedade:

Feira experimentava intensas transformações: crescimento populacional, reconfigurações demográficas, acentuada urbanização, recentes obras, empresas econômicas e equipamentos públicos. Tempo de aberturas de caminho, novas estradas riscavam o sertão como linhas a coser o nordeste ao sul do país. Período do desenvolvimento comercial e industrial, de alterações do padrão de acumulação do capital, de metamorfoses nos modos de sentir e produzir.<sup>13</sup>

A cidade de Feira de Santana- atualmente a segunda maior da Bahia-teve seu primeiro ensaio de modernização entre as décadas de 50 e 60, através de aberturas de estradas municipais e da inauguração de meios de comunicação como a Rádio Sociedade de Feira de Santana. Conforme Eunice Silva,<sup>14</sup> verificou-se uma expansão do setor de bens de consumo em Feira de Santana. Além disso, o censo de 1950 e 1960, apontou este município em segundo lugar em número de indústrias. A princípio a atividade industrial da cidade era o setor de beneficiamento do fumo e entre 1930 e 1940, foram feitas estradas de rodagem no município para facilitar a atividade industrial que carecia de transporte para escoar a produção.

A partir da década de 1960, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) foi criado com objetivo de propor ações planejadas para facilitar a expansão econômica e urbana de Feira de Santana. Este plano tinha a intenção de conter o crescimento desordenado de acordo com as perspectivas de planejamento nacional e estadual. Os grupos hegemônicos da sociedade feirense, como ricos comerciantes, tiveram acesso às áreas centrais da cidade, já os grupos mais pobres e a classe média baixa ficaram à margem do Anel de Contorno, explica-se a partir daí, a formação da periferia, isso não significou que as periferias estivessem restritas

---

<sup>12</sup> Idem, p.42.

<sup>13</sup> LINS, Rafael Alves Quintela. A cidade ferve e o bicho espreita: os dominantes em Feira de Santana 1945-1964. Dissertação. Feira de Santana. 2014, p.19.

<sup>14</sup> SILVA, Eunice Paranhos da. **Cada macaco no seu galho: Ampliação urbana na região Sul/Sudeste de Feira de Santana (1960-2000)**. Especialização. Feira de Santana, 2008.

do ponto de vista urbanístico, mas também estavam ligada ao conjunto de fenômenos socioculturais, como consumo, sociabilidade, lazer e representações políticas, sendo assim, até mesmo no interior do Anel de contorno havia bairros periféricos.<sup>15</sup>

As décadas de 1950 e 1960 foram fases de grandes secas nas regiões próximas ao município de Feira, a migração para Feira de Santana dessa população que habitava a zona rural de municípios vizinhos representava a busca de novos horizontes diante das dificuldades enfrentadas com a seca. Alguns dados fornecidos pelo IBGE, relativos aos censos demográficos acerca da situação urbana de Feira de Santana permitiu visualizarmos o aumento gradativo da saída da população rural para as cidades.

Assim, mesmo que entre as décadas de 1950 e 1960 a população rural ainda fosse superior à população urbana, já podemos perceber um aumento substancial da população da cidade. Em 1940 a população da cidade era de 19.660, a rural era 63.608, na década de 1950 a população urbana aumentou para 34.277, a rural ainda assim era maior, 72.928. Em 1960, a população urbana era de 69.884 e a rural 71.873.<sup>16</sup> Observa-se assim, que a disparidade entre a população urbana e rural cai sensivelmente na década de 1960.

Segundo Janete da Silva Santos<sup>17</sup>, em seu trabalho de conclusão do curso de licenciatura em História, as relações entre homens e mulheres em Feira de Santana, entre as décadas de 1940 a 1960, eram reguladas por práticas patriarcais e machistas. Apesar das mudanças e da expansão comercial em Feira de Santana, a vida sexual das mulheres dentro do casamento ainda ocorria dentro dos valores tradicionais.

Neste período, Feira de Santana passava por uma série de mudanças na estrutura física da cidade visava adornar o centro e afastou para a periferia todos os habitantes que não faziam parte do novo modelo proposto de modernização. De acordo com a elite feirense, a cidade, conhecida como a Princesa do Sertão e seus moradores, precisavam se portar dentro do padrão condizente com o título da urbe. Ou seja, definiram-se padrões de comportamento, no qual o controle sobre os hábitos femininos era a meta. Assim, as mulheres de “boa família” não deveriam frequentar as ruas em horários inadequados, não falar palavrões, consumir bebidas com álcool e manterem-se virgens até o casamento. As Mulheres que não respeitavam

---

<sup>15</sup> SILVA, Eunice Paranhos da. **Cada macaco no seu galho: Ampliação urbana na região Sul/Sudeste de Feira de Santana (1960-2000)**. Especialização. Feira de Santana, 2008.

<sup>16</sup> SILVA, Eunice Paranhos da. **Cada macaco no seu galho: Ampliação urbana na região Sul/Sudeste de Feira de Santana (1960-2000)**. Especialização. Feira de Santana, 2008.

<sup>17</sup> SANTOS, Janete da Silva. **As relações entre homens e mulheres em Feira de Santana entre as 1940 e 1960**. Monografia. Feira de Santana.

esse comportamento eram tidas como desonestas e impróprias para o casamento, pois conter a sexualidade das mulheres era o objetivo destas normas.

Cristiana Ramos ao discorrer sobre os comportamentos das mulheres de elite feirense nas primeiras décadas do século XX destacou:

Por isso, o conceito de honra feminina e familiar povoa não só o imaginário feminino, mas era um conceito latente na construção de uma cidade disciplinada, haja vista a polaridade estabelecida nesse período por dois modelos de comportamentos existentes na cidade. Um atribuído às mulheres honradas e honestas, católicas, pertencentes à elite, formada por filhas e mulheres de distintos cidadãos, cumpridoras dos seus deveres de mãe e esposa, que entre tantas recomendações ideais à conduta feminina, deveriam incorporar o modelo de sexo frágil não somente no sentido fisiológico, mas está a mercê do outro em todos os sentidos pois a mulher honrada, necessitava conforme os padrões burgueses, ser tutelada.<sup>18</sup>

Ainda segundo Cristiane Lima Santos, para o homem era exigido uma atitude inversa, permitia a este o prazer sexual com as prostitutas ou com jovens que não obedecessem as normas de controle da sexualidade. Para os rapazes portanto, a precocidade da vida sexual masculina era concedida e muito bem aceita por todos que viviam na época. Nessa rígida sociedade controlada por valores cristãos, o casamento para uma mulher da elite estava associado a exigência da virgindade física, ou seja, o hímen era o selo de garantia de honra e pureza feminina. Algumas mulheres, quando perdiam a virgindade antes do casamento, recorriam ao aborto, ao infanticídio, ao abandono da criança ou ao ato de suicídio, antes de vir a público seu estado de mãe solteira, evitava-se assim o julgamento moral.<sup>19</sup>

As exigências morais legais eram cobradas nas diferentes esferas sociais, a tradição e a modernidade caminhavam juntas, um corpo social muito resistente em aceitar a participação das mulheres no mercado de trabalho. Essa sociedade patriarcal separava a noção de formação de família, dos prazeres temporários, as moças desvirginadas não seriam as mesmas para casar-se. Muito embora o ideal da virgindade e da honra feminina nem sempre estivessem presente nos estratos mais baixos da sociedade baiana, o fato é que algumas empregadas domésticas foram às vítimas mais constantes dos desejos masculinos<sup>20</sup> e, por conta disso,

---

<sup>18</sup> RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. **Timoneiras do bem na construção da cidade Princesa: Mulheres de Elite, cidade e cultura 1900-1945**. Dissertação. Santo Antônio de Jesus. 2007, p. 15.

<sup>19</sup> SANTOS, Cristiane Lima. **Os (Des) caminhos da honra sexual: entre seduzidas e sedutores Feira de Santana 1940-1960** Especialização. Feira de Santana, 2006.

<sup>20</sup> Ver: SANCHES, Maria Aparecida dos Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico**. Salvador 1900/1950. Dissertação. UFBA, 1998. FERREIRA, Filho, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu que balance!:** mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940. Salvador; CEB, 2003.

algumas mulheres Feirenses que tiveram suas filhas defloradas, seduzidas, estupradas recorreram á justiça para exigir a solução dos seus conflitos amorosos almejando o casamento.<sup>21</sup>

Segundo Aparecida Sanches, as empregadas domésticas viviam em condições submissão aos seus patrões:

Afinal, vivenciando uma situação de emprego na qual pesava fortemente os conteúdos de subalternidade e desprestígio social, deveria importar, e muito, para essas mulheres, manterem sua autoestima através de imagem das mulheres honestas, trabalhadoras e portadoras de bons costumes. Tal imagem ficaria seriamente abalada por uma gravidez indevida, fora do casamento, que aos olhos da sociedade conformavam a ideia de licenciosidade e comportamento imoral das mulheres pobres e negras.<sup>22</sup>

A pesquisa de Cinthia Ribeiro Santos, sobre “Mulheres do Mercado” em Feira de Santana entre a década de 1956 e 1970<sup>23</sup> sinalizou que o trabalho das mulheres no Mercado Municipal era marcante, esses afazeres fora de casa sempre estiveram ligados as mulheres pobres que precisavam de recursos para sustentar a família. Este tipo de comércio ambulante provocava o rompimento com a posição relacionada à mulher, de acordo com a sociedade da época, a rua era associada a um lugar masculino. A função da mulher era cuidar do lar e do marido, o homem provedor, era que deveria sair para trabalhar, mas esse padrão era direcionado para as mulheres da elite, difíceis de serem seguidos pelas mulheres das camadas populares.

As mulheres feirenses que saíam para trabalhar no Mercado Municipal romperam com o padrão imposto de uma mulher passiva, dedicada a vida doméstica, as mulheres não eram nem passivas nem submissas, muitas foram à luta para conquistar o seu lugar, mesmo com todo preconceito, chegavam cedo ao mercado e passavam o dia todo trabalhando, essa era a alternativa delas ganharem a vida, uma forma de sobrevivência para manter-se e sustentar a sua família, algumas levavam seus filhos para o trabalho por não ter alternativa de deixar com a mãe ou pagar alguém para cuidar. As mulheres feirenses desenvolveram atividades como: domésticas, lavadeiras, vendedora de frutas e verduras, mas as normas limitavam as mulheres aos trabalhos no ambiente doméstico e elas precisavam se enquadrar

---

<sup>21</sup> SANTOS, Janete da Silva. **As relações entre homens e mulheres em Feira de Santana entre as 1940 e 1960**. Monografia. Feira de Santana.

<sup>22</sup> SANCHES, Maria Aparecida dos Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico**. Salvador 1900/1950. Dissertação. UFBA, 1998, p.143.

<sup>23</sup> SANTOS, Cintia Ribeiro. **“Mulheres no Mercado”** em Feira de Santana 1956 e 1970.

no modelo de esposas, mães e donas de casas, o trabalho nas feiras e nas ruas ia de encontro aos bons costumes e representavam uma espécie de obstáculo para o progresso da cidade, esse modelo normativo visava atingir as mulheres de famílias abastadas. Mesmo com tantas imposições as mulheres de origem pobre continuaram saindo às ruas para trabalhar.

Mayara Silva ao analisar o cotidiano dos trabalhadores pobres em Feira de Santana nas primeiras décadas do século XX salientou:

Em Feira de Santana se incluem as atividades das domésticas trabalhadoras historicamente presentes nas casas das famílias abastadas brasileiras oras como mucambas, oras como trabalhadoras livres. Era uma ocupação estratégica no que diz respeito à sobrevivência de mulheres pobres que em troca da manutenção da casa limpa e ordeira, recebiam alimentação, e em alguns casos, proteção ambígua de seus/as empregadores/as.<sup>24</sup>

Cristiane Santos em sua monografia os (DES) caminhos da honra sexual em Feira de Santana entre 1940-1960<sup>25</sup> argumentou que a perspectiva de projetos de uma civilização em Feira de Santana era organizada pela classe política, pela imprensa, pelos grandes comerciantes que planejavam uma reforma urbana e a construção de um novo comportamento público, essa classe queria extinguir os hábitos e costumes considerados degradantes da população, rompendo com o passado e criando uma sociedade mais civilizada.

A noção de modernidade era baseada no uso da ciência moderna europeia que diferenciavam os direitos das pessoas, com base nas relações de gênero e na condição social e por meio de instituições como a família e a classe social, o comportamento sexual feminino era utilizado como referência para argumentar sobre o comportamento moderno, o padrão de honestidade esteve ligado a conduta, ao pudor para controlar o comportamento moral com a intenção de trazer novos papéis para as famílias dentro dessa sociedade “civilizada”, existia uma preocupação com a virgindade feminina. Os reformistas não queriam uma emancipação feminina, estes procuravam fortalecer as hierarquias de gênero uma emancipação relativa, nunca liberal para as mulheres, onde as mesmas deveriam trabalhar para preencher um papel natural de companheiras dos seus maridos, restringindo a liberdade feminina a uma educação voltada para cuidados do lar e da família.

Assim mediante a uma mentalidade de longa duração, as mulheres da elite eram disciplinadas e socializadas através de livros e revistas que ofereciam o modelo de mulher

---

<sup>24</sup>SILVA, Mayara Plascido. Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana 1890-1930. Dissertação. UEFS. Feira de Santana. 2012, p.69.

<sup>25</sup> SANTOS, Cristiane Lima. **Os (DES)caminhos da honra sexual: entre seduzidas e sedutores Feira de Santana 1940-1960**. Especialização. UEFS. Feira de Santana, 2006.

ideal, como educar os filhos, como cuidar dos afazeres domésticos, como agradar o marido, essas estratégias disciplinares eram cimentadas pelo discurso religioso cristão do período. Apesar das práticas normativas a autora Cristiana B. Ramos<sup>26</sup> que estudou a sociabilidade feminina da cidade de Feira de Santana, diz que as práticas eram diferentes do discurso, ainda que de forma limitada, algumas mulheres desenvolviam atividades e trabalhavam seja como, costureiras, no comércio, nos serviços domésticos.

As famílias de classe média tinham todo o cuidado em não deixar suas filhas ficarem faladas, caberia as mães este papel de educar as moças para o casamento, ensinando o bom comportamento, não deveriam sair sozinhas principalmente à noite, teriam que ter uma conduta, honesta, correta para que seu futuro pretendente pudesse ter o certificado da pureza, assim seria o perfil da boa moça, recatada e do lar na definição dos valores sociais. A honra sexual representava o bem maior de qualquer moça honesta, o desvio dessa conduta moral implicaria na dissolução da perspectiva de formar uma família através do matrimônio, se uma mulher perdesse a virgindade correria o risco de cair na prostituição segundo o estigma da época, a moça honesta não podia ceder aos impulsos sexuais do namorado, quando a mesma era seduzida por algum homem ou namorado, geralmente as famílias que possuíam menos recursos financeiros entravam na justiça e processavam os abusos sexuais para que houvesse uma reparação através do casamento, os deslizes cometidos pelas donzelas de classe média e alta eram resolvidos no domínio particular para evitar exposição e escândalos. Segundo Cristiane Santos,<sup>27</sup> o discurso e a prática das relações de modernidade estavam muito distante fato que se evidenciava no cenário das relações cotidianas.

Em oposição ao modelo de criação de meninas da elite, Livia Gozzer salientou que as meninas pobres da cidade de Feira de Santana nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, na maioria das vezes, não tinham a possibilidade de seguir esses padrões estabelecidos pela sociedade. Como a autora demonstrou:

Por mais que as famílias empobrecidas desejassem para suas filhas o “ideal feminino”, sozinhas as catarinas dificilmente conseguiriam manter o domínio sobre seus corpos no silêncio dos lares onde trabalhavam e moravam. Viviam no mais das vezes perseguidas, tendo por sombra outros empregados ou mesmo os patrões como violentadores. Distintamente das mulheres e meninas abastadas, “as quais deveriam manter seus corpos no abrigo do lar, e cuja sensualidade só deveria ser exercida no

---

<sup>26</sup> RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. **Timoneiras do bem na construção da cidade Princesa: Mulheres de Elite, cidade e cultura 1900-1945**. Dissertação. Santo Antônio de Jesus. 2007.

<sup>27</sup> SANTOS, Cristiane Lima. **Os (DES)caminhos da honra sexual: entre seduzidas e sedutores Feira de Santana 1940-1960**. Especialização. UEFS. Feira de Santana, 2006.

interior de casamentos legítimos”, as catarinas vivenciavam as práticas sexuais, como o estupro, o abuso sexual e a repressão quase que cotidianamente [...]”<sup>28</sup>

Então, essas meninas pobres eram vítimas da sua condição social, diferentemente, das meninas abastadas da sociedade feirense.

Ou seja, as catarinas eram crianças e jovens pobres que além de serem obrigadas a desde cedo trabalhar e exercer atividades domésticas em lares de outrem, estavam submetidas á violência sexual dos seus patrões e, muitas vezes, a uma gravidez indesejada.

### **1.1 Práticas de infanticídio em Feira de Santana e o caso de Julia**

Ao analisarmos as práticas de infanticídios em Feira de Santana entre 1950-1960, recorreremos ao conceito de infanticídio utilizado por Paulo Sergio Fernandes, este autor distingue ainda os termos infanticídio e aborto.

A principal característica do infanticídio é que nele o feto é morto enquanto nasce ou logo após o nascimento. O aborto, ao contrário, somente se tipificará se o feto é morto antes de iniciado o trabalho de parto, haja ou não a expulsão. Logo, enquanto não se inicia o parto, qualquer manobra pretendente tende a matar o feto constituíra, caso haja êxito, o crime de aborto. A forma tentada de (infanticídio), apesar de difícil comprovação, é admissível. Vivo o feto, enquanto dura o parto e morto nesse período, haverá feticídio, equiparado a infanticídio.<sup>29</sup>

Tácila Machado<sup>30</sup> em seu trabalho de conclusão de curso sobre Mulheres infanticidas em Feira de Santana discute o tema abordando a questão da conduta das mulheres no século XX. Segundo Machado, muitas mulheres pobres trabalhavam para manter as necessidades básicas das suas famílias em Feira de Santana, negociando quitutes nas feiras livres ou atuando no emprego doméstico, a labuta para as mulheres pobres em Feira de Santana sempre esteve presente em suas vidas. Algumas dessas atividades femininas eram

---

<sup>28</sup> COSTA, Lúvia Gozzer. **Capitães da Feira e outras crianças: A infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945**. Dissertação de mestrado. Feira de Santana, 2013, p.85.

<sup>29</sup> FERNANDES, Paulo Sérgio. **Aborto e infanticídio**. São Paulo: São Paulo: Sugestões literárias, 1972, p. 102.

<sup>30</sup> MACHADO, Tácila Ane Magalhães. **Mulheres infanticidas: a história mais obscura da maternidade, estudos sobre infanticídios em Feira de Santana 1932-1958**. Monografia. Feira de Santana. 2015.

discriminadas, pelo fato de possibilitar uma certa liberdade que era mal vista e desvalorizada pela população feirense, principalmente pela classe média e a elite pelo fato de ao ocuparem os espaços públicos adquiriam uma certa autonomia e, supostamente, estavam expostas as imoralidades destes espaços. A virgindade era muito importante tanto para as mulheres da elite, quanto para as mulheres pobres marginalizadas, a mesma ética moral era imposta para ambas as classes. Porém, conforme analisamos no início do primeiro capítulo, a homogeneização da ideologia de valorização da virgindade para todas as classes sociais deve ser relativizada, haja vista que outras variáveis influenciavam tanto o pensamento como o comportamento sexual das mulheres das classes empobrecidas da cidade.<sup>31</sup> A autora identificou no seu estudo um grupo específico de mulheres que cometeram infanticídio, todas elas pertenciam à classe social marginalizada, eram pobres, trabalhavam fora de casa, como domésticas, eram jovens, solteiras e trabalhavam para ajudar no sustento da família.

As mulheres pobres que saíram em busca do seu sustento e por diversos motivos romperam com os padrões exigidos da época, violando a suposta lei do matrimônio, a lei da maternidade, a lei da moral e dos bons costumes, ao cometeram infanticídio, eram julgadas como desnaturadas, isto é que rompiam contra uma suposta essência feminina e por isso eram seres amorais.

De acordo com Rodrigues, as práticas de infanticídio em Salvador eram muito criticados pela sociedade:

Anteriormente, em 1918, o Jornal *Diário de Notícias* registrou, através da reportagem “Um crime revoltante em Água de Meninos”, a existência de um infanticídio. Foi encontrado “Na parte interna do Cais de 10 metros das Obras do Porto, fronteira de Água de Meninos, [...] enrolado em panos, ainda com vestígios de parto recente, e amarrada a uma corda ligada a uma pedra, o cadáver de uma criança, do sexo feminino, branca”.<sup>32</sup>

A decisão dessas mulheres de negar a maternidade, neste período, era mal vista pela elite da sociedade baiana. Mas julgar esse ato dramático apenas como uma atitude perversa, não trás a tona outras questões importantes, como as reais motivações de tais crimes, não faço aqui nenhuma apologia ao infanticídio, mas a tentativa é de compreender as inúmeras razões que levaram estas mulheres a tirarem à vida de seus filhos. Segundo Rodrigues,

---

<sup>31</sup> Para mais informações ver: SANCHES, Maria Aparecida dos Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico.** Salvador 1900/1950. Dissertação. UFBA, 1998. RODRIGUES, Andrea Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970.** Tese de doutorado. UFBA. Salvador, 2007.

<sup>32</sup> RODRIGUES, Andrea Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970.** Tese de doutorado. UFBA. Salvador, 2007, p. 63.

Quanto ao fato da população feminina de baixa renda ter assimilado uma ideologia cristã que condenava e associava tais atitudes femininas a ações demoníacas, nada podemos afirmar. Não obstante, levantamos a hipótese de que Salvador foi profundamente marcada pela ideologia cristã de valorização e idealização do papel da mãe na estruturação da família, fosse esta legítima ou consensual.<sup>33</sup>

A partir de 1940, o infanticídio passou a ser regido pelo novo Código Penal de 1940, onde era tratado como crime fisiopsicológico, passava a ser entendido agora como um crime motivado pela influência do estado puerperal, era um momento onde a mulher estava sobre influência do pós-parto, acreditava-se que essa influência podia durar entre as primeiras horas após o parto ou até os primeiros sete dias de vida.

Gláucio Vasconcelos Ribeiro<sup>34</sup>, no seu livro sobre infanticídio considerou que o mesmo deveria ser visto como homicídio e, portanto deveria ter uma pena maior que a prevista no Código, ou seja, de seis para oito anos. Afinal, o infanticídio prevê uma pena para a mãe é detenção de dois a oito anos, dentro do código penal consagrado em 1940 no Art. 123. Pena de detenção de dois a seis anos, quando a mãe mata o filho, durante ou logo após o parto sob influência do estado puerperal que é o período em que envolve a expulsão da criança do ventre materno, onde pode ocorrer alterações psíquicas e físicas, segundo a medicina legal. No entanto, o Código Penal de 1940, dessa forma, definiu o infanticídio no seu art. 123 da seguinte maneira: “Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após.”<sup>35</sup>

## 1.2 Infanticídio: O caso Júlia

Para analisar o infanticídio em Feira de Santana entre 1950 e 1960 destaquei o inquérito de Júlia menor de idade,<sup>36</sup> como fonte relevante para compreender os motivos para as práticas de infanticídio cometido por algumas mulheres pobres da cidade. Segundo o inquérito,

---

<sup>33</sup> RODRIGUES, Andréa da: **A infância Esquecida: Salvador**. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, como requisito para obtenção do grau de mestre. Salvador, Ba. 1998.p.63.

<sup>34</sup> RIBEIRO, Gláucio Vasconcelos. **Infanticídio: Crime típico, figura autônoma, concurso de agentes**. São Paulo: Ed. Pillares, 2004.

<sup>35</sup> JESUS, Damásio Evangelista de. **Infanticídio e concurso de agentes em face do novo Código Penal, Julgados do tribunal de Alçada Criminal de São Paulo**. v.13, 1970, p.14.

<sup>36</sup> Inquérito Júlia. 1952. CEDOC, CX110, DOC.2282.

O 1º promotor público desta comarca baseado no inquérito policial anexo denuncia Julia Gomes, brasileira, menor, doméstica, com o incurso nas penas dos artigos 123 do Código Penal Brasileiro, pelo fato seguinte: No dia 24 de maio a cidade foi abalada com a notícia de que os urubus estripavam um recém nascido no quintal da casa nº 68, Avenida Sampaio nesta cidade fácil a descoberta do hediondo crime. Tinha sido a denunciada que dera a luz a uma criança do sexo masculino no quarto da casa vizinha do Doutor Olimpio Falcão onde era empregada e jogara o fruto do seu amor no quintal próximo.<sup>37</sup>

De acordo com o inquérito, Julia era uma jovem pobre, negra, analfabeta e que escondeu a gravidez dos seus patrões.

Termo de interrogatório

Aos 27 dias do mês de maio de 1952, na cidade de Feira de Santana e nesta delegacia de polícia (no Hospital de Misericórdia) onde se achava presente o titular Osvaldo Bastos Lemos. Comigo escrivão do seu cargo a diante nomeado e assinado, compareceu Julia Gomes, nacionalidade: Brasileira, naturalidade: Rui Barbosa, Estado civil: Solteira, 01 filho, com 20 anos nascido, de ignorado.....profissão doméstica, Instrução rudimentar, cor escura, religião: Católica Romana, condições econômicas: precária., Estado de saúde física e mental aparentemente boa.<sup>38</sup>

Na fonte acima, não foi mencionada a idade de Julia, mas o inquérito tem uma informação dúbia, pois onde refere-se a idade do filho da mesma há 20 anos , não sabemos ao certo se essa era a idade de Julia ou do seu filho.

Assim, através da fala do promotor, constatamos que o crime provocou uma certa repulsa da sociedade feirense, denotando que esta cidade já conhecia o sentimento moderno de infância. O que teria motivado Julia a cometer tal ato? Vários motivos poder servir como explicação, porém jamais poderemos saber de fato quais foram as reais intenções que teriam levado Júlia a realizar essa prática.

É possível que o temor de não ser aceita no trabalho com uma criança recém-nascida possa ter motivado sua decisão, assim como a ausência de um companheiro que a ajudasse tanto no processo de maternagem como no sentido da manutenção econômica<sup>39</sup>.

Havia muitas razões para essa mulher ter cometido este homicídio, não quero fazer uma apologia ao infanticídio, mas compreender as razões possíveis que Julia teve para

---

<sup>37</sup> Inquérito Julia. 1952. CEDOC, CX110, DOC.2282.

<sup>38</sup> Inquérito Julia. 1952. CEDOC, CX110, DOC.2282.

<sup>39</sup> RODRIGUES, Andrea Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970.** Tese de doutorado. UFBA. Salvador, 2007.

cometer o ato considerado cruel aos olhos da sociedade da época. A vergonha era uma hipótese:

Qual a razão da interrogada deixar a criança exposta no quintal referido? R.-Que em virtude está recentemente na casa em que era empregada sentiu-se envergonhada e daí tomar aquela atitude. Se é este o primeiro filho que a interrogada teve até agora? R. – que este é o segundo filho que teve, sendo que o primeiro acha-se em Ruy Barbosa com o pai<sup>40</sup>.

O fato é que a culpa foi inculcada tão somente a mulher, quando na verdade deixamos de refletir que o pai ao rejeitar o filho, indiretamente mata sem “sujar as mãos”, o homem que rejeita a paternidade contribui, provavelmente, para que a prática do infanticídio ocorresse, muito embora a sociedade não levasse em questão este aspecto. Assim sendo, hipoteticamente, a sociedade machista e misógina contribuiu indiretamente no processo de culpabilização. Durante vários períodos históricos, a mulher que cometia infanticídio e aborto recebia vários adjetivos negativos: desnaturada, monstro, louca, histérica e tantos outros.

Não cometer a prática infanticída, não diminuía a culpa da figura paterna, o machismo que está mergulhado, infiltrado em todos os setores e extratos sociais não consegue ver, ou essa omissão, não queria permitir enxergar a imagem da figura masculina como pessoa que participou do crime indiretamente e deveria ter responsabilidades a respeito do homicídio cometido pela mulher, conhecido como infanticídio. O discurso jurídico isentava a figura paterna de qualquer julgamento, a mãe recebia toda a carga de culpa pelo crime, por ter praticado o assassinato do bebê, o pensamento médico reforçava e violenta ainda mais a figura feminina diminuindo a moral da mulher a atos de loucura e histeria, o pensamento jurídico assim como o discurso médico desclassificam, desmoralizam, ridicularizam a mãe que cometia o infanticídio.

Julia ao ser interrogada pelo escrivão sobre o ocorrido relatou:

P. O que tem a dizer a interrogada sobre uma criança recém nascida encontrada e já dilacerada no quintal da casa vizinha onde a mesma é empregada cita a Av. Sampaio de nº 68? R.- Que em virtude de ter necessidade de ir ao quintal da casa vizinha, lá apertou-lhe uma dor a qual a obrigou a ter a criança no quintal da casa já citada. P. – [...] P.- Como é que alega a interrogada que esteve no quintal para ter a criança e seu quarto estava banhado em sangue demonstrando que o parto se operara ali? R.- Que tem a dizer que a hemorragia se manifestou em primeiro lugar para depois ter a criança no quintal ou melhor no local onde a interroga teve a criança. R.-Que por ter esgotado sangue.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Inquérito Julia. 1952. CEDOC, CX110, DOC. 2282.

<sup>41</sup> Inquérito Julia. 1952. CEDOC, CX110, DOC. 2282.

O testemunho de Júlia denotou a pressão em que vivia no momento em que ocorreu a prática do infanticídio e, ao mesmo tempo, o pré-julgamento de sua conduta no interrogatório. As fotografias anexadas ao processo de Julia possibilitaram verificar o local e a situação da criança encontrada no quintal da casa vizinha a casa localizada na Avenida Sampaio. Nas imagens abaixo, notamos que o bebê encontrado tratava-se de uma criança do sexo masculino, conforme o depoimento das testemunhas, vimos que o corpo do bebê foi extirpado pelos urubus visto ser perceptível observar a abertura no centro da barriga da criança.



Inquérito Julia<sup>42</sup>

Em nenhum momento do inquérito, o escrivão perguntou a Julia sobre os quais motivos a levaram a cometer o ato. A questão econômica, a ausência de um companheiro e o sentimento de desproteção- inclusive familiar, podem ter influenciado em sua decisão. A questão econômica era preponderante, embora não determinante, pois neste período a existência de creches e qualquer outro tipo de assistência social eram quase que inexistente em Feira de Santana, tornando-se difícil conciliar trabalho e a criação dos filhos,

---

<sup>42</sup>Inquérito Julia. 1952. CEDOC, CX110, DOC.2282.

principalmente porque as empregadas geralmente dormiam no emprego e trabalhavam mais de 18 horas por dia, como o caso de Julia.

Luiz Alberto da Silva Lima ao ter analisado o cotidiano feminino e suas formas de violência em Feira de Santana entre 1940 e 1950 levantou algumas hipóteses para que algumas mulheres cometessem infanticídio. Segundo o autor, a classe social era um dos fatores preponderantes.

Maria apresenta-nos uma informação importante, que cometeu infanticídio para que a senhora com a qual morava não descobrisse nem da gravidez nem do filho. Com base nessa informação podemos inferir sobre um fator recorrente na dinâmica de sobrevivência entre os populares, que devido a condição de classe viviam como agregados em casa de família trocando o provimento diário por abrigo e alimentação, isso sinaliza para os reajustes familiares de uma sociedade herdeira de uma tradição escravista. Assim, surge um novo questionamento, quais as consequências de se ter uma criança nessas condições sociais?<sup>43</sup>

Já Vincente Maggio ao discorrer sobre os motivos pelos quais algumas mulheres cometerem infanticídio, salientou a questão da composição social, o autor apresentou os fatores influenciadores para este tipo de conduta.

Na realidade, pelo entendimento penal, a influência do estado puerperal é um quadro fisiopsicológico próprio de mulheres em geral desassistidas e decorrente de gravidez indesejada, que acabam durante seu curso, gerando relevantes conflitos emocionais. E este quadro de graves repercussões comportamentais conduz a mãe, neste momento de maior fragilização, física e psíquica durante o parto, ou logo após, a matar o próprio filho.<sup>44</sup>

Podemos notar a partir do inquérito de Julia em 1952 que não foram levados em consideração os aspectos psicológicos da inquerida, visto que a mesma demonstrou ter passado por problemas psíquicos após o parto, mas também podemos levantar a hipótese que Julia estivesse sendo orientada por terceiros para deixar explícito algum tipo de transtorno psicológico causado no momento do parto. Tendo em vista que a interrogada relatou estar atordoada após o nascimento da criança como podemos notar na fonte abaixo:

---

<sup>43</sup> LIMA, Luiz Alberto da Silva. **Mulheres ocultas**: cotidiano feminino e formas de violência em Feira de Santana 1930 e 1948. Dissertação. Feira de Santana, 2010, p. 99.

<sup>44</sup> MAGGIO, Vicente de Paula Rodrigues. **Infanticídio e a morte culposa do recém-nascido**. São Paulo: Millennium, 2004, p.28.

P.- Porque a interrogada não levou a criança para o quarto se é que teve no quintal como diz? R.- Porque teve vergonha da sua patroa. P.- Qual o fim que a interrogada esperava que tivesse a criança abandona naquele local? R.- Que nada pensou a respeito dada ao atordoamento em que se achava naquele instante. P.- Se a interrogada não sentiu remorso, emoção em saber que o seu filho exposto aos urubus estava ou tinha sido encontrado dilacerado pelos mesmos? R.- Que de manhã quando soube da ocorrência citada sentiu arrependimento do que praticara.<sup>45</sup>

Sobre a questão da interferência das doenças emocionais nos casos de infanticídio, Vicente Maggio ressaltou:

Atualmente, a legislação pátria, abandonando o monopólio do motivo de honra, alicerçou a tonalização típica do infanticídio no sistema fisiopsicológico ou biopsicológico, atrelando o tipo penal à influência do estado puerperal que, resumidamente, significa uma alteração do caráter, transtorno psicológico criado pelo esforço extenuante do parto e, eventualmente, pelo temor e vergonha.<sup>46</sup>

Sendo o infanticídio considerado um crime privilegiado pela legislação brasileira, que considera o estado puerperal o momento em que algumas mulheres estavam pressionadas ou fragilizadas pelas dores do parto ou se encontram em estado de depressão, podemos dizer que este fator atenuava as penas destas mulheres.

As mulheres que como Julia rompiam com o padrão moral da época que impunha a mulher o dever de se resguardar em casa se ocupando dos afazeres domésticos não retratava a realidade de suas vidas, mas tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite, apresentado também na sociedade feirense do período que marcavam a distinção entre as mulheres ricas e as mulheres empobrecidas, pois a maioria das mulheres pobres trabalhavam fora de casa, principalmente, as negras que vendiam quitutes nas feiras e nas cidades tinham mais liberdade para circular no pequeno comércio ambulante da cidade e estavam em contato com diversos homens.

Este tipo de comércio era o único recurso que restavam a estas mulheres pobres para sustentar seus filhos, mulheres negras, carentes e desonradas eram muito mal vistas e não tinham espaço para sobreviver dentro dessa cultura, a não ser recorrer à prostituição. O medo de perder o emprego a ausência de proteção masculina e familiar quando surgia uma gravidez indesejada e a falta de condições econômicas colocavam estas mulheres em situações que questionavam a moralidade e a racionalidade das mesmas. O código moral dominante presente na legislação sobre os costumes e que regia principalmente o comportamento

---

<sup>45</sup> Inquérito Julia. 1952. CEDOC, CX110, DOC. 2282.

<sup>46</sup> MAGGIO, Vicente de Paula Rodrigues. **Infanticídio**. São Paulo: EDIPRO, 2001, p.20.

feminino, não condizia com a realidade das mulheres pobres e, especificamente das difamadas por exercerem uma sexualidade mais livre e por terem um maior controle dos seus atos e movimentos, uma vez que as ruas eram os espaços em que exerciam a luta pela sobrevivência. Assim, quando engravidavam e recorriam ao aborto e infanticídio eram duramente condenadas pela sociedade.

O fator econômico e suas vivências estimulavam a prática do infanticídio entre as empregadas domésticas de Feira de Santana, mas será que essas mulheres cometiam esses crimes sozinhas? A partir do momento que a cultura econômica explorava a mão de obra dessas mulheres de tal forma que não davam condições suficientes para suprirem suas necessidades básicas de alimentos nem dispor de tempo para ter uma vida familiar, mesmo que não espelhada no modelo de família nuclear monogâmica, mas o mínimo de dignidade para poder sustentar-se e alimentar seus filhos, estariam contribuindo de forma velada para que estas pobres mulheres tirassem a vida de seus próprios filhos? A cultura machista também contribuiu bastante dentro dessa sociedade, onde a honra do homem e da família estava atrelada a virgindade feminina, ao mesmo tempo em que liberava o homem/pai de qualquer responsabilidade.

Além da moral que articulava favorecendo o medo e a desonra dessas pobres criaturas, pois a realidade nem sempre coincidia com os estereótipos atribuídos a negação da maternidade, seus parceiros também contribuíram com essa prática infanticida à medida que abandonavam essas mulheres e seus filhos, mas o peso do crime ficava para as pobres mães que no ato do desespero cometiam o crime que fora estimulado por diversos fatores sociais e econômicos.

## 2 Capítulo- As empregadas domésticas e a prática de Infanticídio em Feira de Santana, 1950-1960

Neste capítulo, analisamos as concepções de infância concebidas pelas empregadas domésticas de Feira de Santana entre 1950 e 1960. Para esta abordagem, usamos os processos-crime de Julia, Judite e Gelda.<sup>47</sup>

Rodrigues, ao discutir sobre infanticídio nas primeiras décadas do século XX na sociedade soteropolitana, refletiu sobre a condenação desta prática na cidade, apesar do pequeno número de processos relativos ao crime:

Não se pode negar que, com a república intensificou-se a condenação moral do infanticídio, daí a presença de inúmeras reportagens condenando a prática, apesar de poucos processos judiciais, encontramos apenas três processos de infanticídio entre 1900 e 1940, todos eles envolvendo empregadas domésticas, ou seja mulheres pobres.<sup>48</sup>

Na nossa pesquisa sobre infanticídio em Feira de Santana, também encontramos poucos processos-crime acerca dessa prática. Entre 1950 e 1960 tivemos acesso a apenas a três e estes três envolviam mulheres oriundas de cidades do interior da Bahia, pobres, todas citadas nos autos como empregadas domésticas.

Como suporte teórico recorremos, principalmente, ao estudos de Elizabeth Bandinter, para compreender como algumas empregadas domésticas feirense concebiam a maternidade. Bandinter descobriu “O Mito do Amor materno”<sup>49</sup>. A autora aborda a questão da existência do amor de mãe como uma coisa não inerente a todas as mulheres, pois acredita que este amor não faz parte de uma essência feminina, ou seja, a maternidade eram vivenciadas a partir de experiências diferenciadas, a depender da época das circunstâncias materiais e da situação particular vivida por cada uma dessas mulheres. Dessa forma, o amor materno era uma construção sociocultural.

Segundo Bandinter, no final do século XVIII um novo discurso tenta moldar a mentalidades das mulheres em relação ao sentimento de amor materno. Médicos, moralistas, administradores exploraram argumentos na tentativa de convencer as mulheres a amamentar

---

<sup>47</sup> Os processos crimes encontram-se no Centro de documentação da UEFS (CEDOC).

<sup>48</sup> RODRIGUES, Andrea Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970**. Tese de doutorado. UFBA. Salvador, p.64.

<sup>49</sup> BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

seus filhos e assim garantirem a sobrevivência dos mesmos, com o argumento de que com isso elas atingiriam a felicidade, igualdade, honra respeito e direito a cidadania na sociedade. De acordo com este discurso, o exercício da maternidade levaria ao reconhecimento da importância da mulher pelo, mas nem todas as mulheres se sensibilizaram com esse discurso e as que resistiram foram combatidas implacavelmente. Afirma Bandinter sobre “o mito amor materno”:

[...] conta a extrema variabilidade desse sentimento segundo a cultura, as ambições ou as frustrações da mãe. Não pode então fugir à conclusão de que o amor materno é apenas um sentimento humano como outro qualquer e como tal incerto, frágil e imperfeito. Pode existir ou não. Pode aparecer e desaparecer, mostrar-se forte ou frágil, preferir um filho ou ser de todos. Contrariando a crença generalizada em nossos dias, ele não está profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, verifica-se que o interesse e a dedicação à criança não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais.<sup>50</sup>

Esse modelo de mãe idealizado, gestado a partir do século XVII, permeou até séculos posteriores e em várias sociedades, visto que a partir dos processos-crime que tiveram como réu Julia, Judite e Gelda, verificamos a presença dessa ideologia do amor materno na sociedade feirense das décadas de 50 e 60 do século XX.

No processo que envolveu Judite, por exemplo, podemos perceber, provavelmente, a exigência dessa idealização do amor materno na sociedade feirense, pois notamos essa imagem a partir da análise da documentação. O escrivão ao se reportar ao caso de infanticídio cometido por Judite se referiu a criança como “pequenina vítima” e mencionou o crime como sendo uma “macabra tarefa”. Observamos, por meio da fonte abaixo, percebemos a solidariedade no discurso do escrivão.

[...] a acusada encontrava-se na casa do sr. Carolino de Tal quando, cerca das 23:00 horas, sentiu fortes dores, logo atribuindo estas ao início do processo de parto, pois estava grávida, no curso do nono mês. Ao sentir os primeiros sintomas do parto, Judite deixou casa e foi em direção ao quintal da mesma e ai, próxima a uma cisterna, teve a criança, do sexo feminino segundo consta do laudo de 4 fls. Após a denunciada, estrangulou a pequenina vítima e não satisfeita, lançou-a sobre um monte de lixo dando final a sua macabra tarefa por terminada, certa de que ninguém viria a descobrir o seu criminoso procedimento. Mas, quatro dias depois o cadáver foi encontrado e de indagação em indagação, de diligência em diligência a polícia veio a descobrir a autora do crime sendo de esclarecer-se que a acusada, ouvida na polícia, confessou a autoria do crime mas,

---

<sup>50</sup> BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

deu-lhe versão diferente daquela que o laudo de fls. 4 autoriza, tanto que omitindo a circunstância de haver asfixiado a criança, informou que após lançar o filho sobre um monte de lixo jogou sobre o mesmo um adobe.<sup>51</sup>

Como no depoimento acima, percebemos que Judite Santos estava na casa dos seus patrões no momento do início das primeiras dores do parto, indo em direção ao quintal da casa para ter criança, o que pôde indicar a presença de moradores, talvez outros empregados, como cúmplices do crime. Maria Aparecida dos Prazeres Sanches, ao analisar o cotidiano e práticas das empregadas doméstica em Salvador entre 1900 e 1950, destacou os casos de infanticídios cometidos por empregadas domésticas ocorridos no silêncio das relações cotidianas do trabalho.

Por outro lado, os infanticídios envolvendo as domésticas tinham sua apuração facilitada pelo fato deles serem praticados na casa dos patrões, que ao descobrirem os corpos dos recém-nascidos, enterrados no quintal, denunciavam as criadas levando o caso à polícia.<sup>52</sup>

Embora concorde com Sanches, acreditamos que estes crimes nem sempre ocorriam sozinhos, podiam contar com a solidariedade feminina de outras empregadas. Bandinter, ao abordar a indiferença materna no século XVII argumentou que “Ao buscar nos documentos históricos e literários a substância e a qualidade das relações entre a mãe e o filho, constatamos seja indiferença, sejam recomendações de frieza, e um aparente desinteresse pelo bebê que acaba de nascer.”<sup>53</sup>

Os casos de infanticídio em Feira seriam motivados por uma ausência de amor materno? Para respondermos esta pergunta e, ao mesmo tempo, analisarmos as concepções de infância das empregadas domésticas feirenses recorreremos ao caso de Judite em seu interrogatório. Judite informou ser empregada doméstica, solteira, natural de Rui Barbosa, interior da Bahia, analfabeta, pobre e negra, não temos como precisar a idade de Judite, pois essa informação não consta nos autos do inquérito. Assim como Julia, Judite também veio do interior para buscar emprego numa cidade maior como Feira de Santana, tendo em vista que a partir da década de 60 o Brasil passou pelo processo de urbanização, juntamente com

---

<sup>51</sup> Inquérito de Judite, 1962. CEDOC, CX 137, DOC. 2662.

<sup>52</sup> SANCHES, Maria Aparecida dos Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas**: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950. Dissertação. UFBA, 1998. p.138.

<sup>53</sup> BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 83.

processo migratório, no qual muitas pessoas saíram das cidades pequenas em busca de novas oportunidades de emprego e na possibilidade de um futuro melhor e distinto do que teriam ao viver no campo. Assim aconteceu com Judite:

Termo do interrogatório

Aos 24 meses dos dias de agosto mil novecentos e sessenta e dois na cidade de Feira de Santana e nesta delegacia da polícia onde se achava presente o senhor Gilberto da Costa Delegado de Polícia, comigo escrivão no seu cargo, adiante nomeado e assinado, compareceu Judite Santos Lima, Nacionalidade: Brasileira, Naturalidade: Rui Barbosa, Ba, Estado civil: Solteira, Número de prole: sem filhos, Profissão: doméstica, Instrução: Analfabeta: Parda, Religião ou culto: Católica, Condição econômica: pobre. Estado de sanidade física e mental à aparência: aparentemente normal.

Filho de: João Mendes de Lima

Dorotéa Palma Souto

Residente a Rua denominada de “Areal” da Basilio (Resid. Sr. Edigar Pedro)<sup>54</sup>

Sanches, ao frisar sobre o cotidiano e práticas das empregadas doméstica em Salvador entre 1900 e 1950, salientou alguns dos motivos para a migração de mulheres empobrecidas em direção aos grandes centros urbanos na busca de melhores condições de vida:

Secas, restritas possibilidades de trabalho, forte concentração de terras e sucessivo repartimento das pequenas propriedades entre herdeiros numerosos jogaram no mercado de trabalho das grandes cidades um número significativo de mulheres vindas das zonas rurais, muitas vezes analfabetas, que, sem condições de concorrer a outras oportunidades de emprego, encontravam no trabalho doméstico uma saída segura para sua sobrevivência.<sup>55</sup>

Essas mulheres pobres e negras de origem humilde vislumbravam em Feira de Santana, segunda maior cidade do estado, uma vida diferente, por isso chegavam a mesma almejando uma nova vida, no entanto, vimos a partir das fontes que Julia, Judite e Gelda tinham subempregos sem nenhuma possibilidade de mobilidade social.

Conforme o processo, constatamos que Judite foi condenada pelo crime de infanticídio previsto no artigo 123 do Código Penal de 1940.

Denuncio Judite Santos Lima, já qualificada no inquérito policial anexo com incurso nas penas do artigo 123 do Código Penal, por haver matado, logo após o parto, o

---

<sup>54</sup> Inquérito Judite, 1962. CEDOC, CX 137, DOC. 2662.

<sup>55</sup> SINGER. Apud. SANCHES, Maria Aparecida dos Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas**: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950. Dissertação. UFBA, 1998. p.57.

próprio filho, fato ocorrido nesta cidade à rua Comodante Almiro, nº 956 no dia 20 de agosto do corrente ano, por volta das 23:00 horas.<sup>56</sup>

De acordo com Maria José, uma das testemunhas do processo e também conhecida da ré, Judite veio a Feira de Santana em busca de emprego e, durante o período em que esteve sem trabalho, passou cerca de 8 dias na sua casa e que a conheceu por intermédio de “Besourinho”. Mais uma vez evidenciamos a questão de Judite não ser alfabetizada, pois a testemunha salientou em seu depoimento que prestou ajuda a Judite ao escrever cartas para sua família na cidade de Rui Barbosa. Outro ponto relevante no depoimento diz respeito à declaração de Maria José sobre seu desconhecimento em relação à gravidez da ré, podendo ser uma estratégia da testemunha para não ser acusada de cúmplice no crime de infanticídio cometido por Judite.

Testemunha: Maria José Ribeiro, Nacionalidade: Brasileira, Naturalidade: Baiana, Estado civil: Casada, 1filho, 36 anos, Nascida em 15 de junho de 1926, Profissão: Modista, Instrução: Primária, Cor: Parda, Religião: católica, Condição econômica: Pobre [...] Residente a rua Comandante Almiro, nº459, nesta cidade [...]. Disse por intermédio de seu conhecido, de apelido Besourinho, veio conhecer a pessoa de Judite Santos, a qual passou em a sua residência cerca de oito dias, até que se empregasse, o que finalmente encontrou um emprego em casa de D. Judite, sita no Areal de Baixo nessa cidade, mesmo assim as vezes ia em casa da declarante em virtude de sua pessoa morar em Ruy Barbosa, a ela então, vinha pedir para fazer cartas para o mesmo. Na última vez então, ou seja, no dia 20 do mês passado, Judite chegou a casa da declarante mais ou menos as 18 horas e aí ficou, quando as 20 horas Judite pediu a declarante para fazer uma carta para ela mandar para seu pessoal em Ruy Barbosa, aí Judite se manifestava com dor de barriga e por diversas foi ao quintal, finalmente a declarante que de nada desconfiava se recolheu aos seus aposentos, deixando Judite a vontade, pois já se tratava de pessoa conhecida.<sup>57</sup>

Ainda no depoimento de Maria José encontramos os indícios utilizados pelo marido desta testemunha para chegar a autora do crime, uma vez que, na noite de 20 agosto, Judite estava hospedada em sua casa quando percebeu que esta foi várias vezes ao quintal da sua casa e, por isso, acreditava ser a mesma a autora do crime de infanticídio, ou seja, a pessoa responsável pela morte da criança encontrada em estado de putrefação no quintal da sua casa. Conforme a fonte abaixo,

---

<sup>56</sup> Inquérito Judite, 1962. CEDOC, CX 137, DOC. 2662.

<sup>57</sup> Inquérito Judite, 1962. CEDOC, CX 137, DOC. 2662.

Quatro dias depois mais ou menos as 11 horas quando seu marido chegava em casa, este ouviu de uma criança, que nos fundos do seu quintal havia um corpo de recém nascido, jogado em um monte de lixo, noticia esta que provocou a ida do seu marido a bem assim da declarante ao local indicado, onde ali constatou que de fato havia uma criança, morta já em adiantado estado de putrefação o que imediatamente o seu marido maldou para Judite considerando que a mesma no dia 20 havia estado em sua casa e por diversas vezes foi ao quintal.<sup>58</sup>

Encontramos algumas distinções entre o depoimento de Maria José Ribeiro e do seu marido Carolino. Maria José declarou que Judite havia passado oito dias na sua casa, enquanto o depoimento do marido deixou subentendido a sua estadia por apenas uma noite. A declaração de Carolino indica a tentativa do mesmo em não comprometer a si mesmo ou a sua família no crime cometido por Judite. Outro ponto de divergência nos depoimentos diz respeito a alegação da ré sobre o suposto desconforto físico que a levou várias vezes ao quintal, pois enquanto Maria José declarou acreditar ter sido consequência de um suposto bife gelado ingerido por Judite, seu marido emitiu outra opinião. Diferentemente da esposa, Carolino afirmou suspeitar prontamente ser Judite a autora do crime de infanticídio. Este fato talvez indique que sua esposa tenha ajudado Judite no parto e na prática de infanticídio.

Nos depoimentos de Maria José e Carolino podemos extrair, também, o perfil social dos mesmos. Os dois faziam parte das camadas populares e foram classificados enquanto pobres, mas ambos sabiam as primeiras letras, ou seja, ler e escrever. A cor das testemunhas também foi ressaltada no inquérito, a mulher apareceu como parda e o homem classificado como preto, ou seja, o mesmo perfil étnico da acusada.

Testemunha: Carolino Ribeiro do Nascimento, Nacionalidade: Brasileiro, Naturalidade: Baiano, Estado civil: Casado, Profissão: Motorista; Instrução: Primária, Cor: Preta, Religião: Católico, Condição: Pobre[...]

[...] Disse que no dia 20 do mês passado, recebeu a visita da pessoa de D. Judite Santos, pessoa esta que teve conhecimento por intermédio do seu conhecido Besourinho que na ocasião se dizia cunhado[...] motivo pelo qual D. Judite neste dia 20 referido visitou ali passou a noite, acontece que durante à noite Judite saiu diversas vezes ao quintal alegando ter comido um certo “bife” gelado e este lhe provocara forte dores de barriga. Tudo ficando ali sem qualquer alteração, passados porém quatro dias, ou o dia 24 do mesmo mês quando o declarante cerca das 11 chegava em casa, ouviu a voz de criança, que dizia que no fundo da casa do depoente existia uma criança morta em um monte de lixo, finalmente diante da grave notícia o depoente foi até o local, onde verificou que de fato existia ali um corpo de criança (recém nascido), já em adiantado estado de putrefação ao que imediatamente lembrou-se da noite que passara em sua casa a pessoa de D. Judite, com certo incomodo à noite, o que de fato tudo indicava fosse ela a responsável por aquela situação , então imediatamente procurou a polícia que depois de

---

<sup>58</sup> Inquérito Judite, 1962. CEDOC, CX 137, DOC. 2662.

providenciadas as diligências necessária, foi encontrada a acusada, que confessou em detalhes a autoria do crime[...]

Depois de processada pelo crime de infanticídio, decretou-se a prisão de Judite por ter a mesma cometido algum delito, não sabemos precisamente qual, provavelmente realizado quando residia e trabalhava em Rui Barbosa, enquadrada no Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro artigo 313 do Código de Processo Penal de 1940. O Promotor salientou ser “conveniente” e “necessária” a decretação da detenção da acusada.

Ante o exposto, requeiro, R. e A. esta se instaure o componente processo, com observância do rito estabelecido no Código de Processo Penal e ouvindo-se em momento próprio as Testemunhas: Maria José Ribeiro, Carolino Ribeiro do Nascimento e José Ricardo dos Santos, cujos endereços constam no inquérito. Representamos nesta oportunidade sobre a conveniência da decretação da prisão preventiva da acusada, medida autorizada pelo artigo 313 do Código de Processo Penal, sendo de acrescentar-se que a prisão preventiva da denunciada é conveniente ao bom andamento da instrução criminal e necessária à aplicação da lei penal. Feira de Santana, 1962.

Ao investigarmos sobre o conteúdo do artigo 313, vimos que o mesmo refere-se aos crimes praticados por funcionários público contra a administração em geral. Ao lermos os autos, apuramos haver em um dos trechos indicações da possibilidade de Judite ter sido funcionária pública na cidade de Rui Barbosa, ou também não descartamos a hipótese de ter ocorrido um erro de datilografia no número do artigo, pois o artigo 313 mencionar crimes contra o bem público. Segundo o artigo,

Art. 313 - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Inserção de dados falsos em sistema de informações (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000))

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)  
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento<sup>59</sup>

Por isso levantamos a hipótese de Judite ter realizado alguma infração na cidade de Rui Barbosa e ter recebido algumas dessas penas prevista no artigo 313, citado na fonte acima. Para corroborar com essa ideia, temos um trecho do inquérito onde há menção da mesma ser funcionária pública, como vemos na fonte abaixo:

Uma das pessoas que duvidam do perfeito estado de sanidade mental da acusada e a conhecia desde o tempo que exercia uma função pública em Ruy Barbosa, não reside mais nesta cidade Feira. Foi transferido para outra repartição pública não sabendo para onde ou qual cidade.  
Mas lembro-me que alguns meses pós a ocorrência de que trata a denúncia mencionando cidadão comentando o fato dentre pessoas do nosso conhecimento, afirmara ser a pobre criatura portadora de qualquer doença mental.<sup>60</sup>

No trecho acima, uma das testemunhas suspeita ser Judite portadora de algum tipo de doença mental, essa suposição apareceu em mais de uma parte dos depoimentos de um durante o inquérito policial como podemos constatar no fragmento abaixo:

Assim consigno a denúncia toda a ocorrência, figurando como responsável Judite Santos Lima.  
Segundo tivemos conhecimento, logo após a conclusão do inquérito policial, e acusada tomou rumo ignorado, até hoje não se sabendo do seu paradeiro.  
E também tivemos notícias por diversas pessoas que Judite Santos Lima sempre sofreu de qualquer perturbação mental, inclusive informações prestadas por indivíduos que conheceram-na de perto.  
Não somente na cidade de Rui Barbosa, mas durante o tempo que permaneceu nessa cidade de Feira, dera demonstrações evidentes de que possuía qualquer perturbação mental, não sendo de modo algum uma pessoal normal.  
Pena que Judite Santos Lima tivesse desaparecido. Porque tornou-se necessário submeter-se a um exame de sanidade mental.<sup>61</sup>

A partir da análise da fonte, identificamos a possibilidade de Judite apresentar algum problema psicológico ou mental, pois várias pessoas apontaram nesse sentido. Ou, então, as testemunhas recorreram a esta declaração para protegê-la. Após o fim do inquérito, Judite

<sup>59</sup>Disponível <<https://www.jusbrasil.com.br>>. Acessado em: 03 de junho de 2018.

<sup>60</sup>Inquérito Judite, 1962. CEDOC, CX 137, DOC. 2662.

<sup>61</sup>Inquérito Judite, 1962. CEDOC, CX 137, DOC. 2662.

Santos Lima tenha fugido provavelmente fugiu, pois constava nos autos o seu desaparecimento, por esta razão, ficou inviável fazer exames médicos para constatar algum tipo de doença mental. O promotor, visivelmente, lamentou não poder afirmar. Mais um trecho do documento ratifica as dúvidas relativas a doença mental de Judite e sobre incógnita do seu paradeiro “Pena que Judite Santos Lima tivesse desaparecido. Porque tornou-se necessário submeter-se a um exame de sanidade mental.”.<sup>62</sup>

O depoimento de uma das testemunhas, igualmente, nos fez levantar a hipótese da acusada ter efetuado algum furto enquanto era servidora pública na sua cidade de origem, então, nos perguntamos qual das violações contidas no artigo 313 do Código Penal de 1940 a acusada teria realizado? Pois o documento não explicita qual teria sido a sua pena e ainda supomos que a mesma fugiu para Feira de Santana devido ao crime cometido na sua cidade natal e, por isso, passou a trabalhar como empregada doméstica em Feira de Santana. Percebemos ainda a inferiorização da doméstica por parte das testemunhas Maria José e Carolino ao desqualifica-las.

No documento abaixo, relativo ao o inquérito de Judite, vimos que assim como Julia, Judite também sofreu juízo de valores por parte do Promotor. Mais uma vez, o mesmo depreciou a denunciada por declarar que a mesma era “infeliz ser humano” e o Promotor frisou ser este estado de infortúnios em decorrência das condições de vida de Judite.

[...]Promotor Público desta Comarca teve como protagonista principal Judite Santos Lima.

Empreguei bem a expressão de pobre porque não disse-lo igualmente infeliz ser humano, após compreender a situação, condições de vida, personalidade em fim da denunciada, por sinal de idade até hoje ignorada (não conste em nenhum documento inquérito policial incluso).

Acusada de haver praticado o delito previsto no art. 123 do Código Penal (Infanticídio), relata a denúncia que Judite Santos Lima, logo após o parto, eliminou a existência de seu próprio filho. E que o fato ocorreu no dia 20 de agosto de 1962 por volta das 23 horas, a rua Comandante Almiro, segundo consta a denunciada.<sup>63</sup>

Na fonte abaixo, notamos a intenção do inquiridor de tentar identificar os preâmbulos da gravidez de Judite, ao interrogar como a mesma teria engravidado. A partir do testemunho verificamos que estado civil de Nilson Cerqueira, suposto pai do filho da infanticida era casado, então constatamos que a gestação de Judite dos Santos Lima era fruto de um

---

<sup>62</sup> Inquérito Judite, 1962. CEDOC, CX 137, DOC. 2662.

<sup>63</sup> Inquérito Judite, 1962. CEDOC, CX 137, DOC. 2662.

relacionamento amoroso extraconjugal e, por este motivo, apenas dois de seus amigos tinham conhecimento do seu romance com o Nilson. Por outro lado, também a posição do prestígio social por trabalhar na controladoria federal em que se encontrava Nilson pode ter influenciado a saída de Judite da cidade de Rui Barbosa. Teria Nilson ameaçado Judite de morte e culpabilizou a mesma de ter intencionalmente engravidado para obter alguma vantagem afetiva ou de ordem econômica?

Afim de prestar declarações sobre o fato que ora se apura. Perg.- A quanto tempo estava grávida? Resp. – Que estava grávida acerca de nove meses. Perg.- Quem era o pai da criança em questão? Resp.- que o pai da criança era um senhor de nome Nilson Cerqueira, Fiscal da Controladoria Federal de Rui Barbosa- Ba, com quem teve relações sexuais naquela cidade: que Nilson é casado, que sobre a gravidez, que somente duas pessoas na cidade de Ruy Barbosa sabiam que eram Laura “Quinha” a Dalcy , vulgo “doxa”. Perg.- Por que a interrogada não confessou a seus patrões ou mesmo aos familiares do Senhor Carolino, com quem mantinha boas relações de amizade, com referência a sua gravidez e o estado em que se encontrava a dar a luz. Resp.- Que, não confessou a sua gravidez e conseqüente parto, porque ficou envergonhada. Perg.- Se a interrogada sabe que praticar o ato que praticou é crime previsto em lei? Resp- Que não sabia.<sup>64</sup>

Ainda na fonte acima, perguntou-se a Judite o motivo de ter escondido a gravidez dos amigos e patrões, a mesma respondeu sentia-se envergonhada. Apresentou, portanto, dois motivos para a ocultação e constrangimento em relação a gestação: Primeiro, o pai da criança era um homem casado e não reconhecia a paternidade do bebê. Segundo, o receio de perder o emprego era sua única fonte de sobrevivência em Feira de Santana.

A questão econômica estava intimamente ligada à motivação do crime de infanticídio cometido por Judite, atrelada ao fato de não contar com o apoio do pai da criança, além de se sentir humilhada pelo fato da concepção do bebê ser fruto de uma aventura amorosa. Dessa forma, podemos inferir a aflição e angústia vivenciada pela autora do crime durante todo o período que gestou a criança e os últimos momentos após o parto, o medo, a tristeza, a raiva, a angústia, a solidão são suposições que levantamos a respeito dos sentimentos que envolveram essa mulher. Uma gestação não planejada e sem apoio econômico. Após a descoberta do crime, Judite foi taxada de louca, cruel, perversa e desumana. A criminalização das ações de Judite foi resultado de um sistema social machista, sexista e misógino que responsabiliza tão somente a mulher o peso da maternagem, neste cenário as pessoas do sexo feminino que se

---

<sup>64</sup> Inquérito Judite, 1962. CEDOC, CX 137, DOC. 2662.

recusavam, se negavam a não exercer o papel de mãe eram severamente criticadas, censuradas pelo seu comportamento e muito mal vistas pela maioria da população.

## 2.1 O caso Gelda:

No documento abaixo, temos as informações referentes à nossa última personagem Gelda, menor e, igualmente como Julia e Judite, não era natural de Feira de Santana. Gelda nasceu em Santo Estevão e trabalhava como doméstica em Feira, assim como as outras infanticidas. Diferentemente de Julia e Judite, Gelda era alfabetizada, sabia ler e escrever. No inquérito destacou-se a impossibilidade da mesma não estar em condições físicas e psicológicas de assinar o termo do interrogatório. Podemos supor ter sido uma estratégia usada pela autora do crime para não ser responsabilizada pelo seu delito.

Termo de audiência crime do dia 11 de junho de mil novecentos e cinquenta e oito que dava o Excelentíssimo Sr. Doutor João de Almeida Bulhões, Juiz de Direito da vara crime nesta cidade de Feira de Santana, no paço municipal e sala das audiências, comigo escrivão do seu cargo adiante nomeado aí presente o Dr. 1º Promotor público da comarca, bel Fernando Alves Dias, as 16 horas foi apresentada, conforme ofício recebido, pelo Sr. Delegado de Polícia dessa cidade, Gelda da Silva, Brasileira, Natural de Santo Estevão, e residente nessa cidade a rua Humberto de Campos, nº 431, filha de Antônio Azevedo e Josefa da Silva, doméstica, solteira com 14 anos incompletos

( nasceu a 21 de outubro de 1944), sabendo ler e escrever, alegando, de ante mão não poder assinar o presente termo ante o seu estado de Saúde, o qual foi após obedecida as formalidades legais [...] <sup>65</sup>

No inquérito abaixo, o escrivão descreveu de que forma Gelda havia engravidado. Gelda relatou ter sido deflorada por um choufer de caminhão, a mesma foi violentada sexualmente e perdeu sua virgindade. Diante do fato de ter passado pela desonra da perda da virgindade, suspeitamos ter sido este motivo ou justificativa para a omissão da sua gestação aos amigos e familiares.

Declarou que, em fevereiro do corrente ano vindo de Santo Estevão, na estrada que vai para Umburanas fora deflorada pelo choufer do caminhão que viajava, ficando grávida do mesmo; que no domingo nascera uma criança morta que a corda que existia no pescoço, foi posta para o fim de não fazer soada na água: que se encontra com muita dor de cabeça, muita dor nas costa que continuava ainda saindo sangue; que jogou a criança na cisterna, não fazendo o enterro com medo de sua mãe que vive atualmente com sua irmã Helena, casada com Paulo embalador residente a rua

---

<sup>65</sup> Inquérito Gelda, 1958. CEDOC, CX135, DOC.2611.

Humberto de Campos pelo doutor juiz foi dito que entregava a declarante a sua irmã aqui presente, a qual ficará responsável pela mesma que somente depois de ouvir o juízo poderá satisfazer qualquer desejo ou vontade sua ou da sua tutelada. Nada mais havendo mandou encerrar este termo [...]<sup>66</sup>

De acordo Rodrigues,<sup>67</sup> os valores dominantes embutidos na sociedade baiana referentes ambiente adequado para as relações sexuais seriam dentro de um relacionamento estável. Provavelmente, por conta disso Gelda tenha ocultado da família o abuso sexual sofrido. Além da pouca idade, pois Gelda tinha apenas quatorze anos no momento do crime e, por isso, considerada pela lei incapaz discernir sobre seus atos.

Conforme Rodrigues, a sociedade machista responsabilizava a mulher pelos crimes sexuais cometidos pelos homens:

A violência sexual exercida sobre a mulher é antes de tudo uma violência de gênero, pois além de ser consequência do estado de subordinação em que a mulher se encontra em relação ao homem, reforça a dominação masculina as representações antagônicas que se constroem em torno da mulher - por exemplo, a de esposa e mãe em oposição à de prostituta ou a mulher emancipada - explicam a atitude masculina de rotular todas as mulheres que não se enquadram no padrão de mãe/esposa como meros objetos de prazer. Daí ser peça obrigatória nos processos crimes a investigação do comportamento das supostas vítimas.<sup>68</sup>

Durante todo o processo de Gelda não encontramos alusões sobre o comportamento da mesma, mas certamente esse ponto não foi salientado ou foi ocultado, tendo em vista que o inquérito tinha apenas 6 páginas. Em relação ao processo de Julia e Judite, o de Gelda era o menor entre todos. No entanto, não descartamos a possibilidade de ter sofrido esse julgamento de amigos, vizinhos e familiares, principalmente por ter saído de Santo Estevão sozinha e ter aceitado a carona de homem desconhecido. Toda essa pressão social influenciou, seguramente, no ato de cometer o infanticídio.

Pressupomos que por não estar gozando de saúde plena e ser menor de idade Gelda não sofreu com as penalidades previstas no artigo 123 do Código Penal de 1940, ficando livre da condenação de detenção de dois a seis anos. Permanecendo sob a proteção sobre a responsabilidade da sua irmã Helena. A prática do infanticídio por Gelda, uma menor, grávida numa fase final da sua própria infância e início da adolescência e tendo sua gravidez como resultado de um abuso sexual, pode ter sido consequência de sua incapacidade de lidar com o

---

<sup>66</sup> Inquérito Gelda, 1958. CEDOC, CX135, DOC.2611.

<sup>67</sup> RODRIGUES, Andrea Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970.** Tese de doutorado. UFBA. Salvador, 2007, p.132.

<sup>68</sup> RODRIGUES, Andrea Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970.** Tese de doutorado. UFBA. Salvador, 2007, p.132.

problema sozinha. Podemos considerar ter Gelda passado por dois traumas, a mesma foi deflorada e como consequência teve uma gestação não planejada. As circunstâncias e danos emocionais vividos por Gelda eram reforçados por uma sociedade hetero normativa a qual culpabilizava a mulher por supostamente instigar a violência contra o seu corpo.

Rodrigues acentuou a fase do início da adolescência na sociedade baiana ser a partir dos 13 anos de idade:

A partir da década de 1950, o conceito de adolescente já estava definitivamente estabelecido entre as elites intelectuais da cidade do Salvador, muito embora o termo *menina moça*, utilizado também para definir essa fase, não tenha deixado de existir totalmente.<sup>69</sup>

Na fonte abaixo, temos a descrição do perito referente ao modo e lugar onde se encontrava o corpo da recém-nascida, vítima do crime de infanticídio. De acordo com a descrição, a criança foi exposta a violência como antes do óbito. O bebê teve morte por asfixia e enforcamento, além de ter sido jogado dentro de uma cisterna. Tentamos descortinar o frágil momento de vulnerabilidade e aflição no qual Gelda encontrava-se para ter cometido tamanha transgressão. Gelda afirmou que a criança havia nascido sem vida, contrariando a análise feita pelo perito, como podemos ver no documento abaixo.

Ao dez dias de junho de 1958, as 16 horas, por solicitação do Sr. Delegado de polícia, compareceram os peritos a rua Humberto de Campos para procederem o exame do cadáver de um recém nato, ali encontrado dentro de uma fonte aberta. Retirado da referida fonte onde boiava e ao exame observaram os peritos: cadáver de uma criança do sexo feminino, já em estado de putrefação com sete dias de nascimento, conforme confessou a gestante apresentando um grande orifício lateral direito do toráx, produzido provavelmente por curiosos na tentativa de retirá-lo da água da fonte referida. Em torno do pescoço um laço forte de palha de bananeira. Rosto deformado, cabelos pretos; pendente parte do cordão umbilical. Nada mais havendo digno de nota deram os peritos por fim do, exame concluindo que a vítima teve morte violenta, asfixia por enforcamento; e respondem, ao quesitos legais: ao primeiro asfixia por enforcamento; ao segundo agente de ordem física, ao terceiro houve asfixia; ao quarto sim, a vítima pela sua idade sem resistência; ao quinto sim o agente quis o resultado.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> RODRIGUES, Andrea Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970**. Tese de doutorado. UFBA. Salvador, 2007, p.82-83.

<sup>70</sup> Inquérito Gelda, 1958. CEDOC, CX135, DOC.2611.

Conforme as descrições do inquérito, as características físicas do recém-nascido eram : “[...] Passam a proceder ao exame no cadáver de um recém-nascido, sexo feminino com gestação de nove meses, estado civil ..xxx..cor: faioderma, peso: não foi possível pesar; Estrutura: quarenta centímetros. Natural: Feira. Filho de Gelda.”<sup>71</sup>. Importante frisar a cor da criança descrita como parda, faioderma. Constata-se, assim, que mulheres, em geral muito jovens, pobres, negras e/ou mestiças, recorriam ao ato extremo da violência para solucionar os seus dramas cotidianos.

## 2.2 Destinos e infância sem o infanticídio

Diante do que expomos acerca da história de vida de Julia, Judite e Gelda nos perguntamos quais seriam as possibilidades e destinos destas crianças na cidade de Feira de Santana entre 1950 e 1960, se não fosse cometido o crime de infanticídio?

Ao conceituar historicamente o termo infância, Ariès frisou ser esta palavra associada a dependência da criança a um adulto, por isso criar um filho ou filha poderia representar um fardo grande para um grupo social desfavorecido economicamente, pois isso poderia implicar até na sua sobrevivência.

A ideia de infância estava ligada à ideia de dependência: as palavras *filis*, *valets* e *garçons* eram também palavras do vocabulário das relações feudais ou senhoriais de dependência. Só se saía da infância ao se sair da dependência, ou, ao menos, dos graus mais baixos da dependência.<sup>72</sup>

Os estudos de Renato Venâncio<sup>73</sup> nos ajudam a pensar quais seriam as alternativas encontradas pelas mães para não cometer o infanticídio. O autor desconstrói a falta de amor, a irresponsabilidade e a perversidade que são atribuídas às famílias pobres que abandonavam seus filhos, analisando que estas famílias pobres não tiveram apoio público para criação de seus filhos, por causa da falta de assistência a única opção que restava para esses pais era o

---

<sup>71</sup> Inquérito Gelda, 1958. CEDOC, CX135, DOC.2611.

<sup>72</sup> ARIÈS, Philippe, 1914- 1984. **História social da Criança e da Família**.2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981, p.42.

<sup>73</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro (RJ) e em Salvador- Séculos XVIII e XIX**. ed. Papirus, 1999.

abandono de suas crias na porta de famílias com mais condições financeiras, isso era visto em um dado momento como gesto de amor.

Venâncio observa que a criação de instituições de assistência alterava a própria noção de abandono, pois em um primeiro momento, o gesto de enjeitar o filho podia ser assimilado ao infanticídio, quando a criança era abandonada na rua, ou em lugares que elas não tivessem condições de serem salvas, esta prática era descrita como abandono selvagem. Ao contrário do abandono de crianças em uma instituição que cobria os gastos com roupas, medicamentos contratação de amas-de-leite, sugerido que este ato decorria da preocupação paterna ou materna em relação ao destino de seus filhos para que tivessem condições mais dignas de viver, ou seja, um ato de amor.

A partir das reflexões do autor, notamos qual seria a sina de crianças abandonadas. Primeiro, seriam enviadas para uma instituição de assistência ao menor. Segundo, seriam abandonadas a própria sorte nas ruas das cidades e, por último, poderiam ser deixadas na porta de famílias com posses.

Andrea Rodrigues<sup>74</sup>, ao analisar a infância esquecida de crianças pobres em Salvador entre 1900 e 1940, destacou um dos destinos destas crianças era as ruas. A retirada de crianças pobres das ruas de Salvador passou a ser enfrentada como caso de polícia. A repressão e a violência era um sistema muito utilizado para controlar a vadiagem dos adolescentes urbanos. O significado da palavra, menor segundo Fernando Torres Londono, estava ligada a criança pobre infratora, o estado nessa época passou a assumir a responsabilidade de punir o menor infrator.

Livia Gozzer, ao salientar sobre a infância pobre e abandonada em Feira de Santana, mencionou que fim teriam as meninas órfãs. A autora destaca que a morte seria a menor das violências enfrentadas pelas meninas diante de todos os traumas e humilhações sofridos numa sociedade na qual não existia muitas opções para as mesmas sobreviverem.

Talvez a morte não seja a pior das violências às quais estavam sujeitas muitas destas meninas. O ambiente doméstico mostrava-se tão perigoso quanto a vivência nas ruas da cidade de Feira de Santana, principalmente no que tange a prática da violência sexual. Patrões e outros empregados das casas costumavam abusar sexualmente das catarinas que, impossibilitadas de suplicar por socorro, temendo sua condição de menina abandonada, órfã e pobre, além das ruas e a fome, silenciaram-se diante tamanha agressão ao corpo.<sup>75</sup>

---

<sup>74</sup> RODRIGUES, Andrea Rocha. **A infância esquecida Salvador 1900-1940**. Dissertação. Salvador: UFBA, 1998.

<sup>75</sup> COSTA, Livia Gozzer. **Capitães da Feira e outras crianças: A infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945**. Dissertação de mestrado. Feira de Santana, 2013, p.85.

O destino dessas crianças abandonadas seria encarar uma série de hostilidades em ambientes familiares, no espaço do trabalho, no meio escolar e nas ruas das cidades. Era uma vida pautada em lutas cotidianas para permanecerem vivas em meio a uma sociedade preconceituosa e agressiva. Grupos como estes representados nesta pesquisa eram marginalizados e excluídos em diversos locais e nas cidades grandes, como Feira de Santana, ficavam muito mais expostos a tratamentos cruéis e degradantes partindo de agressões verbais, físicas e psicológicas.

Em conformidade com Robert Darton,<sup>76</sup> o infanticídio e o abandono de crianças a própria sorte era uma situação comum no cotidiano da população pobre que sofria com a falta de recursos básicos para manter seu próprio sustento, em vista dessa situação de miséria e fome o abandono de crianças era feito constantemente por diversas famílias de poucas posses. A penúria e privação de condições básicas de sobrevivência seria a motivação mais aceitável para justificar tantos atos de infanticídio e abandono.

Provavelmente, acreditamos que teriam sido estes um dos principais estímulos para cometerem essa transgressão, por isso algumas mulheres pobres desassistidas, como Julia, Judite e Gelda praticaram os infanticídios. As mesmas, certamente, não vislumbravam melhores condições de vida pra si e para suas crias, dando fim a vida dessas crianças nascidas sem nenhuma perspectiva de futuro.

As mães que mesmo enfrentando todas as dificuldades, dentro da sociedade da década de 50 e 60, estruturada a partir de uma lógica conservadora e machista, superaram todas os obstáculos e conseguiram criar seus filhos e não necessitaram para isso realizarem o infanticídio. É importante legitimar a força dessas mães que sacrificaram suas próprias vidas na luta pela criação do seus filhos quando na verdade não deveríamos naturalizar este tipo de sacrifício, no entanto ressalvamos que nem todas as mulheres veem a maternidade como um peso a ser compartilhado com o pai.

---

<sup>76</sup> DARTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos e Outros Episódios da história cultural Francesa**. Rio de Janeiro: Global, 1988.

## **Considerações finais**

A monografia teve como objeto o estudo das práticas de infanticídio cometidos por empregadas domésticas na cidade de Feira de Santana entre 1950 e 1960 contribuiu para entendermos como mulheres pobres, negras e marginalizadas socialmente buscavam estratégias de sobrevivência e resistência na sociedade feirense.

As nossas protagonistas: Julia, Judite e Gelda saíram de municípios pequenos para conquistarem novas oportunidades de vida em Feira de Santana. Vimos durante a leitura dos documentos suas histórias, todas as suas angústias e dificuldades encontradas na cidade. O infanticídio cometido por essas mulheres muitas vezes eram motivados por conta dos problemas financeiro, pelo constrangimento perante familiares/amigos e, alguns casos, como o de Judite Santos Lima, é possível que o infanticídio ter sido provocado em decorrência de transtornos mentais/psicológicos.

A hipótese de que as dificuldades econômicas foram o principal motor para prática de infanticídio tem fundamento pela categoria profissional das protagonistas de nossa história - Julia e Judite- ambas trabalhavam como empregadas domésticas e, além disso, moravam no local de trabalho, ficando difícil manter o seu sustento e de uma criança que, provavelmente, não seria aceita na casa de seu patrões. O infanticídio, à primeira vista, era uma forma de resolver o problema. As mesmas estavam inseridas num contexto de pouca ou nenhuma perspectiva. Gelda, diferentemente das outras protagonistas, morava na casa de sua irmã e, assim como as outras, foi classificada no processo como pobre.

A sociedade de um modo geral atribuía às mulheres “o mito ao amor materno”. No nosso estudo percebemos a cobrança e o discurso em relação à maternidade, porém notamos que mulheres como Julia, Judite e Gelda ocultaram a gravidez e, sem o apoio dos pais das crianças, não tinham a intenção de exercer a maternidade e, por isso, praticavam o infanticídio.

Os estudos sobre os crimes de infanticídios em Feira de Santana constituem um vasto campo de pesquisa. Acreditamos ter dado a nossa contribuição para que novas pesquisas possam ser produzidas para darem voz a mulheres pobres, negras e silenciadas, residentes em solo feirense nas décadas de 1950 e 1960.

O fato é que essas mulheres numa sociedade de estrutura mental e patriarcal no qual a responsabilidade da criação da socialização das crianças, a maternagem era totalmente

atribuídas a estas mães e conseqüentemente os pais eram isentados de qualquer responsabilidade.

### **Lista de fontes**

Julia, 1952. CEDOC, CX110, DOC. 2282.

Gelda, 1958. CEDOC, CX135, DOC. 2611.

Judite, 1962. CEDOC, CX137, DOC. 2662.

Código Penal de 1940

## Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe, 1914- 1984. **História social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: O Mito do Amor Materno**; tradução de Waltensir Dutra. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: a experiência vivida** Vol. II. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1967.

COSTA, Livia Gozzer. **Capitães da Feira e outras crianças: A infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945**. Dissertação de mestrado. Feira de Santana, 2013.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos e Outros Episódios da história cultural Francesa**. Rio de Janeiro: Global, 1988.

DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das crianças no Brasil** 5. ed.- São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Paulo Sérgio. **Aborto e infanticídio**. São Paulo: São Paulo: Sugestões literárias, 1972,

FERREIRA, Filho, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu que balance! : mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940**. Salvador; CEB, 2003.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Infanticídio e concurso de agentes em face do novo Código Penal, Julgados do tribunal de Alçada Criminal de São Paulo**. v.13, 1970, p.14.

LIMA, Luiz Alberto da Silva. **Mulheres ocultas: cotidiano feminino e formas de violência em Feira de Santana 1930 e 1948**. Dissertação. Feira de Santana, 2010.

LINS, Rafael Alves Quintela. **A cidade ferve e o bicho espreita: os dominantes em Feira de Santana 1945-1964**. Dissertação. Feira de Santana. 2014.

MACHADO, Tácia Ane Magalhães. **Mulheres infanticidas: a história mais obscura da maternidade, estudos sobre infanticídios em Feira de Santana 1932-1958**. Monografia. Feira de Santana. 2015.

MAGGIO, Vicente de Paula Rodrigues. **Infanticídio e a morte culposa do recém-nascido**. São Paulo: Millennium, 2004.

PROSPERI, Adriano. **Dar a alma: história de um infanticídio**; tradução de Frederico Carotti.- São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. **Timoneiras do bem na construção da cidade Princesa: Mulheres de Elite, cidade e cultura 1900-1945**. Dissertação. Santo Antônio de Jesus. 2007.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidades: olhares, práticas e práticas do cotidiano 1950-1960**. Tese de doutorado. UFPE. Recife, 2008.

SILVA, Mayara Plascido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana 1890-1930**. Dissertação. UEFS. Feira de Santana. 2012.

RIBEIRO, Gláucio Vasconcelos. **Infanticídio: Crime típico, figura autônoma, concurso de agentes**. São Paulo: Ed. Pillares, 2004.

RODRIGUES, Andréa da: **A infância Esquecida: Salvador**. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, como requisito para obtenção do grau de mestre. Salvador, Ba. 1998.

RODRIGUES, Andrea Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970**. Tese de doutorado. UFBA. Salvador, 2007. SILVA,

SILVA, Eunice Paranhos da. **Cada macaco no seu galho: Ampliação urbana na região Sul/Sudeste de Feira de Santana (1960-2000)**. Especialização. Feira de Santana, 2008.

SANCHES, Maria Aparecida dos Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950**. Dissertação. UFBA, 1998.

SANTOS, Cintia Ribeiro. **“Mulheres no Mercado”** em Feira de Santana 1956 e 1970.

SANTOS, Cristiane Lima. **Os (Des) caminhos da honra sexual: entre seduzidas e sedutores Feira de Santana 1940-1960** Especialização. Feira de Santana, Especialização. Feira de Santana, 2006.

SANTOS, Janete da Silva. **As relações entre homens e mulheres em Feira de Santana entre as 1940 e 1960**. Monografia. Feira de Santana.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro (RJ) e em Salvador- Séculos XVIII e XIX**. ed.Papirus, 1999.



